

MEDIDA PROVISÓRIA – EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Veículo: O GLOBO – RJ

Editoria: SOCIEDADE Tipo: Matéria Veiculação: 30/01/2019 Página: A25
Assunto: EDUCAÇÃO

ENSINO EM CASA

Associação de Educação Domiciliar é autora de Medida Provisória para liberar a prática

“Do ponto de vista político, a **educação** domiciliar pode ser uma estratégia de não ação para aquilo que dá trabalho e exige esforço de criação de políticas _ públicas”

Luciene Tognetta, educadora

“Como se garante que a criança está estudando? A escola acaba sendo também um espaço de proteção _ social” Andressa Pellanda, educadora

O texto da Medida Provisória sobre a permissão para pais educarem filhos em casa, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foi elaborado pela Associação Nacional de **Educação** Domiciliar, da qual secretário-adjunto da pasta, Alexandre Moreira, é diretor. Anunciada como prioridade dos primeiros cem dias da gestão Bolsonaro, a permissão para pais substituírem a escola regular pelo ensino dos filhos em casa foi adotada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por influência da Associação Nacional de **Educação** Domiciliar (Aned). O diretor jurídico da entidade, Alexandre Magno Fernandes Moreira, é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global do ministério desde o dia 14.

A adoção do modelo tem gerado preocupação na área educacional. Especialistas defendem que o ambiente escolar é fundamental

para a formação integral da criança.

Moreira disse ontem ao GLOBO que o texto da Medida Provisória que o governo pretende enviar ao Congresso foi elaborado pela Aned, mas que ainda sofrerá modificações na Secretaria de Família e na Casa Civil. A redação inicial, segundo ele, é enxuta e traz como premissa o direito expresso de as famílias optarem pelo ensino domiciliar “a qualquer tempo” durante a **educação básica**, do ensino infantil ao médio.

A redação defende também a “igualdade de direitos” entre famílias que adotam o regime domiciliar e o escolar. O dispositivo é uma espécie de salvaguarda para que os praticantes da **educação** em casa possam se beneficiar de abatimento no Imposto de Renda decorrente de despesas escolares, como ocorre com as famílias que mantêm seus filhos em instituições particulares.

Outro objetivo da menção à igualdade de direitos é impedir que essas pessoas percam o benefício do Bolsa Família ou tenham problemas para começar a receber a transferência de renda. Hoje, é preciso provar que crianças e jovens estão matriculados e frequentando a escola para ter direito ao valor.

Há ainda a previsão de um registro público das famílias que adotam a prática, para facilitar a fiscalização. A redação sugerida não detalha qual órgão ficaria responsável por esse acompanhamento.

-A ideia é ter um texto enxuto, com espaço para que questões específicas sejam regulamentadas -diz Moreira, diretor jurídico da Aned e secretário-adjunto da Secretaria de Proteção Global.

A primeira investida da Aned foi com o **ministro da Educação**, Ricardo Vélez Rodríguez, que se mostrou simpático à ideia, no

ano passado. Após a posse, em janeiro, a Aned se aproximou da equipe de Damares Alves, ministra da Família. A ideia passou a ser emplacar a pauta mais como um direito de liberdade das famílias e menos como uma questão de política educacional.

'FUNDAMENTALISMOS'

Para os defensores da prática, há urgência na aprovação da medida porque recentemente o Supremo Tribunal Federal “jogou as famílias na ilegalidade” ao decidir que só pode ser feita **educação** domiciliar quando houver regulamentação (leia mais ao lado).

Entre argumentos como oferecer uma **educação** de maior qualidade e evitar episódios de bullying e violência, os adeptos do ensino em casa apontam a necessidade de preservar “princípios morais da família”, conforme descreve o site da Aned. O ponto é justamente o que desperta a preocupação de educadores.

-O avanço dos fundamentalismos religiosos e morais pode formar crianças e adolescentes pouco críticos, e há casos sensíveis quando se pensa que o trabalho infantil é realizado em sua maior taxa em espaços domésticos. Como se garante que a criança está estudando? A escola acaba sendo um espaço de proteção social – afirma Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à **Educação**.

No portal da Aned há a informação de que cerca de 5 mil famílias praticam a **educação** domiciliar no país. O governo trabalha com um número bem mais alto, de 31 mil famílias.

Doutora em Psicologia Escolar, Luciene Tognetta refuta o argumento dos pais baseado na exposição ao bullying.

- Não consigo formar alguém para a convivência senão pela própria convivência – afirma a educadora, coordenadora do Grupo de Estudos e

Pesquisas em **Educação** Moral (Gepem) da Unesp e – A melhor maneira de proteger um filho contra os problemas da escola é que haja formação de professores. Do ponto de vista político, a **educação** domiciliar pode ser uma estratégia de não ação para aquilo que dá trabalho e exige esforço de criação de políticas públicas.